

Ministros retomam contatos com FMI

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — Os ministros da Fazenda, Gustavo Krause, e do Planejamento, Paulo Haddad, retomam no início de dezembro contatos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para apresentar o balanço das contas nacionais e ter a primeira conversa sobre a revisão do acordo brasileiro com o FMI. Ao contrário do que pretendia o governo, ao final deste ano, dependendo do comportamento da arrecadação, o Tesouro Nacional poderá ter um déficit de cerca de US\$ 1 bilhão (Cr\$ 8 trilhões).

Nessa primeira rodada de conversas com dirigentes do FMI, Bird e BID, os ministros Haddad e Krause poderão traçar um cenário para o comportamento da economia no próximo ano. Assesores dos dois ministros dizem que até o início de dezembro o governo terá um quadro mais definido para as contas públicas e um projeto de ajuste fiscal que será encaminhado esta semana ao Congresso. A preocupação maior é com o caixa do Tesouro Nacional, já que os indicadores são de equilíbrio ou superávit nas contas dos Estados e municípios, da Previdência Social e das empresas estatais.

A avaliação dos técnicos sobre o comportamento da inflação indica que eles não esperam aceleração dos aumentos de preços até o fim do ano. "Não existe nenhuma pressão adicional", comen-

tam. Eles afirmam que a recuperação da produção para atender às compras de fim de ano não pressionará a inflação porque será desencadeada a partir da utilização da capacidade ociosa das empresas. "Ninguém estará ampliando produção, mas apenas ocupando capacidade ociosa", ponderam os assessores.

Atrasados — O déficit potencial de US\$ 1 bilhão projetado pelos técnicos é atribuído ao pagamento de parcela dos juros vencidos aos bancos credores e aos gastos com a isonomia salarial. Quanto à renegociação da dívida de US\$ 42 bilhões com os bancos credores, ficou acertado que, no dia 20, o governo honrará o pagamento de US\$ 850 milhões (Cr\$ 7 trilhões) referentes aos juros atrasados do ano passado e das parcelas que venceram em janeiro e junho. Trata-se da emissão dos chamados "jório bonds", os bônus para o pagamento dos juros em atraso negociados pelo embaixador Jório Dauster.

Os gastos com a isonomia são ainda uma incógnita para o governo. Os estudos da antiga Secretaria de Administração Federal (SAF) estimaram essas despesas em cerca de Cr\$ 32 trilhões. Mas os técnicos da Fazenda contestam essa projeção porque, após a aprovação do projeto de isonomia pelo Congresso, foram introduzidos aumentos não levados em conta pela SAF. "Se houver déficit, será pouco inferior ou superior a US\$ 1 bilhão", admitiu um assessor.